

# ANÁLISE DO DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO: UM ESTUDO DAS EMPRESAS DE CAPITAL ABERTO NO PERÍODO PRÉ E PÓS-IFRS<sup>1</sup>

Lucianna Dorneles Pisani<sup>2</sup>

Maria Ivanice Vendruscolo<sup>3</sup>

## RESUMO

O presente estudo tem por objetivo analisar o desempenho econômico e financeiro das empresas de capital aberto no período pré e pós-IFRS e apurar se houve alterações nos indicadores econômicos e financeiros em relação à convergência para o padrão contábil internacional. Esta pesquisa se classifica em quantitativa, descritiva e documental. De um total de 553 empresas listadas na Bovespa, foram selecionadas dez empresas do *ranking* Valor 1000 (Valor Econômico) que continham suas demonstrações contábeis consolidadas publicadas na Bovespa no período de 2007 a 2016. Foram calculados indicadores de Rentabilidade, Estrutura e Liquidez. As variáveis foram analisadas pela estatística descritiva (média, desvio-padrão, máximo e mínimo) da amostra total. Em seguida, foram incluídas as variáveis *dummy*: a) “0” para o período pré-IFRS; b) “1” para o período pós-IFRS. Em relação aos indicadores de desempenho econômico, três demonstraram resultados que trouxessem influências significativas quanto à adoção do IFRS: Margem Líquida, Rentabilidade do Ativo e Rentabilidade do Patrimônio Líquido. Com relação aos indicadores de desempenho financeiro, três trouxeram influências significativas quanto à adoção do IFRS: Participação de Capitais de Terceiros, Imobilização do Patrimônio Líquido e Liquidez Seca. Assim, é possível afirmar que a adoção do IFRS tende a se refletir em alterações de desempenho das empresas, pois ocorreram mudanças significativas no comportamento de alguns indicadores analisados. Por fim, o estudo visa mostrar as mudanças ocorridas nos indicadores após a adoção do IFRS, assim como a importância da análise das demonstrações contábeis na tomada de decisão dos usuários internos e externos.

**Palavras-chave:** Desempenho econômico e financeiro. IFRS. Indicadores.

## ABSTRACT

The present study aims to analyze the economic and financial performance of traded companies in the period before and after IFRS and to find out if there were changes in the economic and financial indicators in relation to the convergence to the international accounting standard. This research is classified in quantitative, descriptive and documentary. From a total of 553 companies listed on the Bovespa, ten companies were selected of the Valor 1000 ranking (Valor Econômico) that contained their consolidated financial statements published on the Bovespa between 2007 and 2016. The indicators of profitability, structure, and liquidity were calculated. The variables were analyzed by the descriptive statistics (mean, standard deviation, maximum and minimum) of the total sample. Subsequently, the dummy variables were included: a) “0” for the period before IFRS; b) “1” for the period after IFRS. Regarding the economic

---

<sup>1</sup> Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no segundo semestre de 2017 ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

<sup>2</sup> Graduanda do curso de Ciências Contábeis da UFRGS. E-mail: lupisaniiii@gmail.com.

<sup>3</sup> Professora Orientadora. Doutora em Informática na Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Professora Adjunta do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da UFRGS. E-mail: maria.ivanice@ufrgs.br.

performance indicators, three of them showed results that would have significant influence on the adoption of IFRS: Net Margin, Return on Assets and Return on Equity. Regarding the financial performance indicators, three of them have had significant influence on the adoption of IFRS: Third-Party Equity Interest, Fixed Assets Equity and Quick Ratio. Thus, it is possible to affirm that the adoption of IFRS tends to reflect changes in the company performance, as there have been occurred significant changes in the behavior of some indicators analyzed. Lastly, the study aims to show the changes that occurred in the indicators after the adoption of the IFRS, as well as the importance of the analysis of the financial statements in the decision making of internal and external users.

**Keywords:** Economic and financial performance. IFRS. Indicators.

## 1 INTRODUÇÃO

As constantes mudanças no cenário econômico mundial apresentaram à Contabilidade novos desafios, uma vez que as empresas intensificaram a competição globalmente. Ela precisou adaptar-se à realidade internacional, a partir de demonstrações contábeis com maior transparência e comparabilidade das informações financeiras, resultando no processo de convergência contábil às *International Financial Reporting Standards* (IFRS), em nível mundial.

Nesse contexto, em 2007, foi promulgada a Lei Nº 11.638 (BRASIL, 2007), que possibilitou o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas adotadas pelas Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Boards* (IASB), órgão responsável pela elaboração dos padrões internacionais de Contabilidade. As mudanças começaram a ocorrer a partir do exercício de 2008, em sua primeira etapa, e, no exercício de 2010, para a sua segunda e última etapa.

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), por meio da Instrução nº CVM 457/07, instituiu que, até o final do exercício de 2010, as companhias abertas deveriam apresentar suas demonstrações contábeis consolidadas adotando as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS). Tal determinação teve por objetivo diminuir o problema de assimetria informacional e melhorar a transparência e a compreensão das informações contábeis das empresas nacionais em mercados internacionais.

Estudos anteriores, como o de Martins e Paulo (2010), realizaram uma investigação sobre o reflexo da adoção das IFRS sobre os principais indicadores de desempenho das companhias abertas brasileiras nos períodos de 2004 a 2006 e de 2007 a 2009. Os resultados constataram que a adoção das IFRS foi refletida na análise financeira das empresas, uma vez que foi possível observar variações positivas nos indicadores de Endividamento, de Liquidez Geral e de Liquidez

Corrente, e variações negativas nos indicadores de Dependência Financeira, de Imobilização dos Recursos Permanentes, de Retorno sobre o Patrimônio Líquido e de Retorno sobre o Ativo. Dentre os indicadores investigados, as menores variações observadas referem-se aos indicadores de Liquidez.

Perramon e Amat (2006) analisaram os efeitos da implementação do IFRS na demonstração de resultado em empresas não financeiras espanholas. Os resultados mostraram que a introdução das Normas Internacionais de Contabilidade pode influenciar os resultados sobre os lucros, causando diferenças materiais nas demonstrações de resultados dessas empresas. Essa influência, segundo os autores, foi em função da aplicação dos conceitos de valor justo nos instrumentos financeiros e das novas regras de contabilização do *goodwill*<sup>4</sup>.

Souza e Silva (2014) investigaram se a adoção do padrão contábil internacional impactou a análise de desempenho econômico-financeiro das empresas brasileiras nos anos de 2007 e 2011. Os resultados encontrados revelaram que, apesar de a análise ter sido realizada em empresas diferentes, com recortes temporais distintos, os índices econômico-financeiros das empresas brasileiras podem ter sido afetados pela adoção das Normas Internacionais de Contabilidade. Sobre as alterações que ocorreram nos índices, de 2007 para 2011, a convergência pode ser considerada como um fator causador de tais mudanças, no entanto, vários outros motivos podem ter influenciado, tais como: crises, mudanças no mercado, política, etc.

Dessa forma, a partir das mudanças ocorridas nos padrões contábeis, as demonstrações financeiras podem ter sido afetadas, o que mudaria, também, os resultados dos indicadores econômicos e financeiros, que são calculados a partir delas. Assim, a presente pesquisa visa responder ao seguinte problema: **Qual o impacto no desempenho econômico e financeiro das empresas de capital aberto no período pós-IFRS?**

Para responder a essa questão, o presente artigo tem por objetivo analisar o desempenho econômico e financeiro das empresas de capital aberto no período pré e pós-IFRS. Mais especificamente, pretende-se: analisar os índices econômicos e financeiros pré-IFRS; analisar os índices econômicos e financeiros pós-IFRS; e, finalmente, verificar se houve alterações nos índices econômicos e financeiros em relação à convergência para o padrão contábil internacional.

---

<sup>4</sup> Segundo Padoveze (2012, p. 352), o *goodwill* (ágio por expectativa de rentabilidade futura) “representa um conjunto de benefícios econômicos futuros resultantes de ativos que não são capazes de ser individualmente identificados e separadamente reconhecidos”.

A capacidade de uma empresa se manter no mercado, entre outras, está associada à habilidade de seus gestores tomarem decisões apropriadas. A análise das demonstrações contábeis representa uma importante ferramenta para avaliar a situação patrimonial, financeira e econômica atual e possibilita uma projeção de cenários futuros. Essa análise, permite a avaliação evolutiva e comparativa da estrutura de capital, da capacidade de pagamento e rentabilidade por meio de indicadores econômicos e financeiros (MATARAZZO, 2010).

No presente trabalho, esses índices serão analisados com a intenção de apurar se ocorreu impacto na sua interpretação, através das alterações das Normas Internacionais de Contabilidade. Isso pode revelar aos usuários internos e externos o quanto as mudanças estão impactando nas informações contábeis e gerando base suficiente para tomar decisões importantes a partir dessa análise.

Nesse sentido, a Contabilidade pode ser vista no mundo dos negócios como a linguagem financeira universal, e a harmonização de suas normas é um processo de extrema necessidade e importância para as empresas que atuam em diversos países. Diante disso, as informações sobre o desempenho econômico e financeiro de uma empresa podem ter sido afetadas pelo novo padrão de normas contábeis. Contudo, espera-se que a alteração tenha proporcionado melhoria na qualidade das demonstrações contábeis que garantam a comparabilidade com outras empresas em nível mundial e a compreensibilidade de seus usuários.

A pesquisa tem por escopo a análise do desempenho econômico pela análise dos indicadores econômicos e financeiros, não abordando outras metodologias para avaliação, previstas na literatura.

Além dessa introdução ao tema, apresentação do problema e definição dos objetivos, o artigo está estruturado em mais quatro capítulos. O segundo contém o referencial teórico e os trabalhos correlatos ao estudo. O terceiro evidencia os procedimentos metodológicos utilizados. O quarto expõe a análise de dados e, finalmente, no quinto capítulo, apresentam-se as considerações finais e sugestões para futuras pesquisas.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

Neste capítulo, são abordados os caminhos que levaram a Contabilidade à convergência para as Normas Internacionais, discutidos os conceitos dos indicadores econômicos e financeiros e abordados os estudos relacionados com a pesquisa em questão.

## 2.1 CONVERGÊNCIA PARA AS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

O IFRS consiste em um conjunto de Normas Internacionais de Contabilidade cuja adoção visa estabelecer regras claras para a elaboração de medidas comparáveis e transparentes nos relatórios anuais e nas demonstrações contábeis das empresas. A adoção do padrão internacional está relacionada a um mercado de capitais integrado, competitivo e atraente (CORDAZZO, 2007).

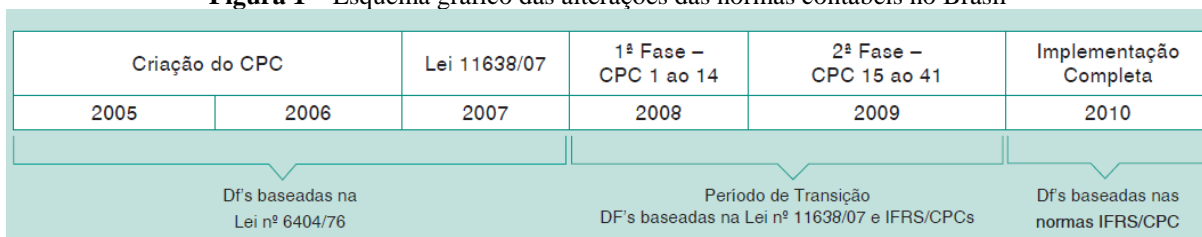
Segundo Marion (2012, p. 5), “A passagem de um modelo baseado em regras para outro que tem como norte princípios não é simples, principalmente porque exige a mudança de comportamento dos profissionais envolvidos”. Princípios contábeis são premissas básicas sobre fenômenos econômico-financeiros estudados pela Contabilidade, depois da comprovação dos fatos analisados e averiguados na realidade econômica (BRAGA, 2012).

A adoção das normas internacionais no Brasil teve fundamental importância tanto para as empresas que buscavam captar investidores estrangeiros quanto para empresas brasileiras que possuíam investimentos em outros mercados. Esse processo de adoção do padrão estendeu-se por anos até que a convergência efetivamente iniciou-se com a promulgação da Lei Nº 11.638/07. Assim, nos anos de 2007 e 2008, foram emitidos quatorze CPCs pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, os quais precisavam ser observados por empresas abertas e outras sociedades de grande porte ao elaborarem as demonstrações contábeis referentes aos exercícios encerrados a partir de dezembro de 2008 (BARBOSA NETO; DIAS; PINHEIRO, 2009).

É importante destacar, também, o Comunicado nº 14.259/06 do Banco Central do Brasil (BACEN) e a Circular nº 357 da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), que obrigaram as instituições por eles regulamentados a elaborarem e publicarem as suas demonstrações financeiras consolidadas em IFRS a partir de dezembro de 2010 (BARBOSA NETO; DIAS; PINHEIRO, 2009). Assim, segundo Braga (2012, p. 13):

com a adoção dos padrões internacionais de contabilidade, os pronunciamentos técnicos do CPC terão como base os IFRS (*International Financial Reporting Standards*) do *International Accounting Standards Board* (IASB), que deverão ser referendados pelos respectivos órgãos reguladores (CVM, BACEN, SUSEP, CFC, etc.).

O processo de convergência das normas contábeis brasileiras para as normas contábeis internacionais pode ser visualizado na Figura 1:

**Figura 1** – Esquema gráfico das alterações das normas contábeis no Brasil

Fonte: Costa, Almeida e Silva (2013, p. 7).

Como pode ser observado, a mudança de um modelo baseado em regras para um baseado em princípios é consideravelmente mais difícil, entretanto os benefícios que essa mudança traz são muitos: informação contábil mais compreensível, relevante, confiável, comparável e de melhor qualidade (MARION, 2012).

De acordo com Padoveze (2012), o processo internacional de harmonização das normas contábeis é extremamente importante, pois melhora e aumenta a transparência, a compreensão e a comparabilidade das informações; elimina significativamente as diferenças em resultados gerados pelo reconhecimento contábil das operações a partir de um único conjunto de normas; viabiliza os investimentos diretos estrangeiros e o fluxo de capitais internacionais; facilita e simplifica o processo de consolidação das demonstrações financeiras e melhora a comunicação da empresa com seus investidores nacionais e estrangeiros.

## 2.2 INDICADORES ECONÔMICOS E FINANCEIROS

As demonstrações contábeis são capazes de proporcionar indicadores econômicos e financeiros que possibilitam a comparação entre as empresas. Os principais demonstrativos para se obter esses indicadores são o Balanço Patrimonial (BP) e a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE). O Balanço Patrimonial apresenta, de forma estática, a realidade da empresa e está dividido em ativo e passivo somado ao Patrimônio Líquido. A DRE apresenta-se de forma estática também e expõe a situação econômica da companhia, que pode ser lucro ou prejuízo do exercício (MARTINS; SANTOS, 2016).

Para avaliar o desempenho econômico e financeiro da empresa, um dos principais instrumentos utilizados são os indicadores (PEREZ JÚNIOR; BEGALLI, 1999). Segundo Santos, Schmidt e Martins (2006, p. 116):

a análise por índices, ou indicadores financeiros, faz parte do processo de análise das demonstrações contábeis e diz respeito à relação existente entre grupos, subgrupos e contas pertencentes às demonstrações contábeis que sejam úteis na análise da situação econômico-financeira da empresa.

Alguns autores dividem esses índices entre econômicos e financeiros. Matarazzo (2010) emprega essa divisão da análise das Demonstrações Financeira em subdivisões: análise da situação econômica e análise da situação financeira. Começa-se analisando separadamente as duas, para depois, juntamente, chegar a uma conclusão. Segundo o autor, os índices da situação econômica evidenciam a rentabilidade, enquanto que os índices da situação financeira revelam a Estrutura e a Liquidez da empresa.

Esses índices podem ser observados através de suas fórmulas, indicações e interpretações no Quadro 1.

**Quadro 1** – Esquema gráfico das alterações das normas contábeis no Brasil

<b>ÍNDICES DE RENTABILIDADE (OU RESULTADOS)</b>					
<b>DESEMPENHO ECONÔMICO</b>	<b>Índice</b>	<b>Fórmula</b>	<b>Indica</b>	<b>Interpretação</b>	
	Giro do Ativo (GA)	$\frac{\text{Vendas Líquidas (VL)}}{\text{Ativo Total (AT)}}$	Quanto a empresa vendeu para cada \$ 1 de investimento total.	Quanto maior, melhor.	
	Margem Líquida (ML)	$\frac{\text{Lucro Líquido (LL)}}{\text{Vendas Líquidas (VL)}} \times 100$	Quanto a empresa obtém de lucro para cada \$ 100 vendidos.	Quanto maior, melhor.	
	Rentabilidade do Ativo (RA)	$\frac{\text{Lucro Líquido (LL)}}{\text{Ativo Total (AT)}} \times 100$	Quanto a empresa obtém de lucro para cada \$ 100 de investimento total.	Quanto maior, melhor.	
	Rentabilidade do Patrimônio Líquido (RPL)	$\frac{\text{Lucro Líquido (LL)}}{\text{Patrimônio Líquido (PL)}} \times 100$	Quanto a empresa obtém de lucro para cada \$ 100 de capital próprio investido, em média, no exercício.	Quanto maior, melhor.	
<b>ÍNDICES DE ESTRUTURA OU ENDIVIDAMENTO</b>					
<b>DESEMPENHO FINANCEIRO</b>	Participação de Capitais de Terceiros – Endividamento (PCT)	$\frac{\text{Capital de Terceiros (CT)}}{\text{Patrimônio Líquido (PL)}} \times 100$	Quanto a empresa tomou de capitais de terceiros para cada \$ 100 de capital próprio.	Quanto menor, melhor.	
	Composição do Endividamento (CE)	$\frac{\text{Passivo Circulante (PC)}}{\text{Capital de Terceiros (CT)}} \times 100$	Qual o percentual de obrigações a curto prazo em relação às obrigações totais.	Quanto menor, melhor.	
	Imobilização do Patrimônio Líquido (IPL)	$\frac{\text{Ativo Não Circulante (ANC)}}{\text{Patrimônio Líquido (PL)}} \times 100$	Quanto \$ a empresa aplicou no Ativo Não Circulante para cada \$ 100 de Patrimônio Líquido.	Quanto menor, melhor.	
	Imobilização dos Recursos Não Correntes (IRNC)	$\frac{\text{Ativo Não Circulante (ANC)}}{\text{Patrimônio Líquido (PL)} + \text{Exigível a Longo Prazo (PELP)}} \times 100$	Que percentual dos Recursos não Correntes (Patrimônio Líquido + Exigível a Longo Prazo) foi destinado ao Ativo Não Circulante.	Quanto menor, melhor.	
	<b>ÍNDICES DE LIQUEDEZ</b>				
	Liquidez Geral (LG)	$\frac{\text{Ativo Circulante (AC)} + \text{Realizável a Longo Prazo (ARLP)}}{\text{Passivo Circulante (PC)} + \text{Exigível a Longo Prazo (PELP)}}$	Quanto a empresa possui de Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo para cada \$ 1 de dívida total.	Quanto maior, melhor.	
	Liquidez Corrente (LC)	$\frac{\text{Ativo Circulante (AC)}}{\text{Passivo Circulante (PC)}}$	Quanto a empresa possui de Ativo Circulante para cada \$ 1 de Passivo Circulante.	Quanto maior, melhor.	
Liquidez Seca (LS)	$\frac{\text{Ativo Circulante (AC)} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante (PC)}}$	Quanto a empresa possui de Ativo Líquido para cada \$ 1 de Passivo Circulante.	Quanto maior, melhor.		

Fonte: Adaptado de Matarazzo (2010).

De acordo com Reis (2009, p. 288), “Os índices de rentabilidade medem a capacidade de produzir lucro de todo o capital investido nos negócios (próprios e de terceiros)”. Para Matarazzo (2010), esses índices mostram quanto renderam os investimentos e qual o grau de êxito econômico da empresa. Segundo o autor, fazem parte desse grupo de indicadores os seguintes índices: Giro do Ativo, Margem Líquida, Rentabilidade do Ativo e Rentabilidade do Patrimônio Líquido.

Conforme Perez Júnior e Begalli (1999), o índice de Estrutura ou Endividamento representa o nível de participação do capital de terceiros na atividade da empresa, assim, quanto maior for a participação de capital de terceiros, maior será o grau de endividamento da empresa. Para Matarazzo (2010, p. 87), “Os índices desse grupo mostram as grandes linhas de decisões financeiras, em termos de obtenção e aplicação de recursos”. Os indicadores que fazem parte desse grupo são, de acordo com o autor: Participação de Capitais de Terceiros (Endividamento), Composição do Endividamento, Imobilização do Patrimônio Líquido e Imobilização dos Recursos Não Correntes (MATARAZZO, 2010).

Segundo Braga (2012, p. 145), “A análise da Liquidez tem o objetivo de avaliar a capacidade de financiamento da empresa em relação a suas exigibilidades”. Portanto, o objetivo desse grupo de indicadores é de manifestar a situação financeira da empresa e sua capacidade de pagamento, avaliando-a em longo, curto ou prazo imediato (PEREZ JÚNIOR; BEGALLI, 1999; MARION, 2012). Constituem esse grupo de indicadores os seguintes índices: Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Liquidez Seca (MATARAZZO, 2010).

### 2.3 ESTUDOS RELACIONADOS

O artigo apresentado por Borsato, Pimenta e Ribeiro (2009) compara dados evidenciados segundo as Normas Contábeis Brasileiras (BR GAAP), as Normas Contábeis Americanas (US GAAP) e as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), por meio de uma análise dos indicadores de desempenho e de geração de valor calculados a partir das demonstrações financeiras preparadas com base nessas diferentes normas pela empresa Gerdau S.A. Os indicadores utilizados para a realização da análise foram a Relação Capital de Terceiros/Capital Próprio, Relação Capital de Terceiros/Passivo Total, Imobilização de Recursos Permanentes, Liquidez Corrente, Liquidez Geral, Retorno sobre o Investimento e Retorno sobre o Patrimônio Líquido. Além dos indicadores econômico-financeiros, calcularam-se, também, as medidas de criação de valor EVA e MVA.



Ao analisar-se o ano de 2016, os resultados evidenciam que os indicadores econômico-financeiros calculados com base em BR GAAP apresentam números inferiores para a maioria dos indicadores calculados em US GAAP e IFRS. Essa tendência se confirma também no cálculo do EVA e do MVA, os quais apresentam valores crescentes em BR GAAP, US GAAP e IFRS, respectivamente.

Maria Júnior e Maria (2015) analisaram se houve interferência da adoção das Normas Internacionais de Contabilidade no comportamento dos índices econômico-financeiros das empresas brasileiras. A pesquisa selecionou uma amostra de 155 empresas listadas na BM&FBOVESPA no período de 2008 a 2012. Como indicadores, os autores utilizaram a Liquidez Corrente, a Rentabilidade do Patrimônio Líquido e o Endividamento. Foi realizada a Análise de Chow para verificar se houve quebra estrutural nos indicadores entre os períodos de 2003 a 2007 e de 2008 a 2012. Foi efetuada, também, a análise de regressão linear com a adição da variável *dummy*, assumindo valor igual a 1 para os dados referentes a períodos a partir de 2008, e valor igual a 0 para os dados referentes a períodos anteriores a 2008.

Chegaram à conclusão de que, com a aplicação do modelo estatístico proposto, a adoção do padrão contábil IFRS, de forma geral, interferiu no comportamento dos indicadores, sendo que o coeficiente da *dummy* adicionado ao modelo foi, na maior parte dos casos, significativo para, pelo menos, 10% dos indicadores. A exceção foi o indicador de Liquidez Corrente. Com isso, é possível negar a hipótese nula da pesquisa de que a adoção das Normas Internacionais não altera o comportamento dos níveis de indicadores econômico-financeiros das empresas negociadas na Bovespa, com exceção do indicador de Liquidez Corrente.

Já para Barbosa Neto, Dias e Pinheiro (2009), que examinaram o impacto da convergência para o padrão IFRS nos indicadores econômico-financeiros das empresas brasileiras de capital aberto o resultado, foi diferente. A pesquisa selecionou uma amostra com 6 empresas do ano de 2008 que continham suas demonstrações financeiras na CVM, tanto em padrão brasileiro como em IFRS, e que estavam classificadas nos níveis de governança da Bovespa. Os indicadores utilizados para a análise foram: Dependência Financeira, Endividamento, Imobilização dos Recursos Permanentes, Liquidez Geral, Liquidez Corrente, Retorno sobre o Ativo e Retorno sobre o Patrimônio Líquido. Os autores concluíram que os indicadores das empresas analisados não foram afetados de modo significativo, apesar das divergências existentes entre as normas contábeis brasileiras e internacionais.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa realizada neste estudo é classificada quanto aos seguintes aspectos: a) pela forma de abordagem do problema; b) de acordo com seus objetivos; c) com base nos procedimentos técnicos utilizados.

A respeito da abordagem do problema, esta pesquisa é classificada como quantitativa. Segundo Raupp e Beuren (2012, p. 92), “a abordagem quantitativa caracteriza-se pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados”. Esse estudo se enquadra como quantitativo, porque serão evidenciadas, através de dados quantificados, as informações referentes ao objeto de estudo.

Quanto aos seus objetivos, esta pesquisa é caracterizada por descritiva. Gil (2008, p. 28) afirma que “as pesquisas desse tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou estabelecimento de relações entre variáveis”. Quanto aos procedimentos técnicos, o estudo é documental. Martins e Theóphilo (2009, p. 55) afirmam que “A Estratégia de Pesquisa Documental é característica dos estudos que utilizam documentos como fonte de dados, informações e evidências”.

A população da pesquisa são as empresas de capital aberto listadas na Bovespa em 2016, totalizando 553 empresas (BM&FBOVESPA, 2017). Existem algumas publicações que realizam o estudo de desempenho operacional em índices-padrão e divulgam seus resultados em seus *sites* e/ou revistas. De acordo com Azeredo, Souza e Machado (2009), há publicações desse tipo no Brasil e no exterior, a exemplo do Balanço Anual (Gazeta Mercantil), Melhores e Maiores (Exame), Valor 1000 (Valor Econômico) e Fortune 500.

Para este estudo, foi utilizada como base para seleção da amostra a publicação Valor 1000 (Valor Econômico), que aplica como variável, para classificação do *ranking*, a Receita Líquida. Os critérios de seleção da amostra foram: a) as dez primeiras empresas listadas no *ranking* Valor 1000; b) as companhias com demonstrações financeiras consolidadas publicadas na BM&FBOVESPA no período de 2007 a 2016; c) quando a companhia não tinha publicação na BM&FBOVESPA, a seleção foi procedida na sequência do *ranking*, por não terem cumprido os critérios acima.

A amostra resultante desses critérios está relacionada no Quadro 2.

**Quadro 2** – Empresas componentes da amostra

<b>Classificação (em 2016)</b>	<b>Empresa</b>	<b>Sector de Atividade</b>	<b>Sede</b>	<b>Receita Líquida (em R\$ milhões)</b>
1	Petrobras	Petróleo e Gás	RJ	282.589,0
2	JBS	Alimentos e Bebidas	SP	170.380,0
3	Vale	Metalurgia e Mineração	RJ	94.633,0
5	Ultrapar	Petróleo e Gás	SP	77.353,0
6	Eletrobras	Energia Elétrica	DF	60.748,9
7	Braskem	Química e Petroquímica	BA	47.700,0
11	Telefônica Brasil	TI & Telecom	SP	42.508,5
12	GPA	Comércio Varejista	SP	41.454,0
13	Gerdau	Metalurgia e Mineração	RS	37.651,7
15	BRF	Alimentos e Bebidas	SP	33.732,9

Fonte: Adaptado de Valor Econômico (2017).

Os dados para a pesquisa são os elementos patrimoniais e de resultado extraídos dos demonstrativos financeiros consolidados para o cálculo dos indicadores: Ativo Circulante, Estoques, Ativo Não Circulante, Realizável a Longo Prazo, Ativo Total, Passivo Circulante, Exigível a Longo Prazo, Capital de Terceiros, Patrimônio Líquido, Vendas Líquidas e Lucro Líquido.

Esses dados foram coletados nas demonstrações financeiras consolidadas das empresas do Quadro 2 listadas na Bovespa no período de 2007 a 2016. Os dados foram organizados e tabulados no *software* Microsoft Office Excel 2007. Na sequência, foram calculados os indicadores nas suas respectivas categorias de análise de desempenho econômico e financeiro.

Para a categoria de desempenho econômico, foram calculados os indicadores de rentabilidade (ou resultados), tendo por variáveis: a) Giro do Ativo (GA); b) Margem Líquida (ML); c) Rentabilidade do Ativo (RA); d) Rentabilidade do Patrimônio Líquido (RPL).

Para a categoria de análise de desempenho financeiro, foram calculados os indicadores de Estrutura e de Liquidez: a) Participação de Capitais de Terceiros - Endividamento (PCT); b) Composição do Endividamento (CE); c) Imobilização do Patrimônio Líquido (IPL); d) Imobilização dos Recursos Não Correntes (IRNC); e) Liquidez Geral (LG); f) Liquidez Corrente (LC); g) Liquidez Seca (LS).

As variáveis foram analisadas pela estatística descritiva. De acordo com Morais (2010), a estatística descritiva representa um conjunto de técnicas analíticas para resumir um conjunto de dados obtidos em uma investigação, no qual, geralmente, os dados estão distribuídos através de números, tabelas e gráficos. O principal objetivo desta análise é proporcionar observações sobre tendência central (média, máximo e mínimo) e a dispersão de dados (desvio-padrão, máximo e mínimo) (MORAIS, 2010).

Na sequência, foram incluídas as variáveis *dummy*: a) “0” para o período pré-IFRS (2007 a 2009); b) “1” para o período pós-IFRS (2010 a 2016) e calculadas as médias, desvios-padrões, máximos e mínimos de cada indicador de acordo com seu respectivo período.

## 4 ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo, são abordados a análise descritiva dos dados (média, desvio-padrão, máximo e mínimo) da amostra total. Em seguida, os dados são analisados a partir da aplicação da variável *dummy*, de acordo com a sua categoria econômica e financeira, através da aplicação da estatística descritiva, e, posteriormente, são analisados em suas categorias econômica e financeira pré e pós a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade.

### 4.1 ANÁLISE DESCRITIVA DOS DADOS

A Tabela 1 apresenta a estatística descritiva dos dados coletados. Na aplicação do modelo estatístico, foram utilizadas, no total, 100 observações. Pode ser observado que a amostra possui, na sua grande maioria, uma baixa dispersão de valores. Os indicadores que obtiveram uma dispersão consideravelmente alta considerando a média, o desvio-padrão e máximo foram a Participação de Capital de Terceiros (PCT) e a Imobilização do Patrimônio Líquido (IPL).

**Tabela 1** – Estatística descritiva da amostra total dos dados do período de 2007 a 2016

	Variáveis	Média ( $\mu$ )	Desvio-Padrão ( $\sigma$ )	Máximo	Mínimo	Observações
<b>Desempenho Econômico</b>	GA	1,00	0,87	3,72	0,17	100
	ML	3,92	12,32	37,71	-53,80	100
	RA	3,11	5,04	15,78	-13,31	100
	RPL	7,99	25,56	216,70	-67,72	100
<b>Desempenho Financeiro</b>	PCT	229,46	512,54	4382,38	47,40	100
	CE	39,48	15,64	84,56	14,70	100
	IPL	219,66	361,26	3174,29	76,56	100
	IRNC	86,80	12,17	123,56	57,05	100
	LG	0,79	0,22	1,37	0,37	100
	LC	1,60	0,53	3,01	0,71	100
	LS	1,21	0,39	2,49	0,48	100

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

A média mais alta atingiu 229,46% com o indicador Participação de Capital de Terceiros (Endividamento), vindo em segundo lugar a média do indicador Imobilização do Patrimônio Líquido com 219,66%. Com relação ao desvio-padrão, também se destacam os mesmos

indicadores, com percentuais iguais a 512,54% e 361,26%, respectivamente. Os valores com discrepâncias mais consideráveis foram encontrados no valor de máximo e também fazem parte dos mesmos indicadores: Participação de Capitais de Terceiros (Endividamento) e Imobilização do Patrimônio Líquido com 4382,38% e 3174,26%, respectivamente.

A Participação de Capital de Terceiros (Endividamento) indica quanto a empresa tem de Capitais de Terceiros para cada \$ 100 de Capital Próprio Investido, ou seja, para efeito de análise, quanto menor esse indicador, mais capital próprio a empresa necessita para financiar seus recursos. Assim, através da sua média e do seu máximo, pode-se observar que as empresas possuem elevado grau de Endividamento do Patrimônio Líquido. O seu desvio-padrão elevado indica que as empresas possuem uma alta dispersão de valores com relação a esse indicador, o que pode ser explicado pelos distintos setores econômicos da amostra.

A Imobilização do Patrimônio Líquido mostra quanto de Patrimônio Líquido a empresa aplicou no financiamento do Ativo Não Circulante. A interpretação desse indicador é a mesma do Endividamento, quanto menor, melhor. Desse modo, pode-se observar novamente (média e do seu máximo), que as empresas priorizaram o investimento de recursos próprios no Ativo Não Circulante, em relação aos recursos a serem aplicados no giro dos negócios. Da mesma forma como foi mencionado no indicador anterior, o desvio-padrão alto indica que as empresas possuem uma elevada dispersão de valores com relação à média do indicador.

O valor mínimo foi alcançado pelo indicador Rentabilidade do Patrimônio Líquido (RPL) com -67,72%. Esse índice indica a lucratividade em relação aos capitais próprios, posicionando esses capitais diante de investimentos alternativos. Seu resultado é considerado melhor, quanto maior for seu valor encontrado

A alta dispersão da Imobilização dos Recursos Não Correntes (IRNC) era esperada, mas significativamente inferior aos dois indicadores citados. Por referir-se ao percentual dos Recursos Não Correntes (Patrimônio Líquido + Exigível a Longo Prazo) que foi destinado ao Ativo Não Circulante, está diretamente ligado ao indicador Imobilização do Patrimônio Líquido.

Um fator importante a ser considerado é que as empresas da amostra pertencem a setores de atividades distintos, possuindo contextos diferentes de atuação. Outro fator de destaque é o período de tempo analisado de 10 anos.

#### 4.2 CATEGORIA DE ANÁLISE DE DESEMPENHO ECONÔMICO

No desempenho econômico, a análise dos indicadores é realizada a partir de duas bases de comparação. O Giro do Ativo (GA) informa seus resultados em números de vezes em relação ao exercício, enquanto que a Margem Líquida (ML), a Rentabilidade do Ativo (RA) e a Rentabilidade do Patrimônio Líquido (RPL) reportam seus resultados em porcentagem.

A Tabela 2 apresenta os valores encontrados para as variáveis de desempenho econômico, com a aplicação da variável *dummy* para o período anterior à adoção das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS). A situação econômica apresenta os reflexos patrimoniais do resultado atingido durante o tempo, posicionando seus credores quanto à segurança da empresa de adquirir recursos próprios pela sua atividade empresarial (MORANTE, 2009).

**Tabela 2** – Estatística descritiva da amostra total dos dados com a aplicação da variável *dummy* no período pré-IFRS (2007 a 2009) com os indicadores de desempenho econômico

	Variáveis	Média	Desvio-Padrão	Máximo	Mínimo
<b>Desempenho Econômico</b>	GA	0,99	0,74	3,26	0,19
	ML	7,78	9,82	30,89	-13,88
	RA	4,58	5,37	15,05	-10,98
	RPL	9,04	17,63	35,08	-67,72

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Observa-se, pela Tabela 2, que o único índice que não obteve um resultado mais expressivo foi o Giro do Ativo (GA). Para efeito de análise, os índices de rentabilidade são melhor avaliados quanto maiores forem os seus valores.

No período pré-IFRS, o Giro do Ativo Médio foi de  $GA_{\mu} = 0,99$ , indicando que as empresas da amostra não atingiam o montante de ativos com as vendas líquidas realizadas no período, ou seja, a velocidade com que o investimento total se transforma em volume de vendas está baixa. Quanto mais se vende, mais rápido será o ciclo operacional e mais possibilidades se tem de incrementar a rentabilidade. Apesar de a média atingida não ultrapassar 1,00, o valor de máximo alcançou um giro de 3,26. Em relação ao GA de todo o período (Tabela 1), observa-se que não apresentou variação ( $\mu = 1,00$ ).

Por sua vez, a Margem Líquida obteve um média de 7,78% no período pré-IFRS. Esse indicador representa o quanto a empresa obteve de lucro para cada \$ 100 vendidos. Isso significa que, em média, para cada \$ 100 vendidos, as empresas lucraram \$ 7,78. O seu valor de máximo alcançou 30,89%, enquanto que o seu valor de mínimo atingiu -13,88%.

Com relação à Rentabilidade do Ativo (RA), sua média foi de 4,58%. Esse índice corresponde ao quanto a empresa obteve de lucro para cada \$ 100 de investimento total. Assim, para cada \$ 100 investidos, as empresas, em média, ganharam \$ 4,58 no período. Seus valores de máximo e mínimo foram 15,05% e -10,98%, respectivamente.

Outro ponto a ser destacado foram os valores máximo e mínimo encontrados pelo índice de Rentabilidade do Patrimônio Líquido (RPL), com valor de máximo de 35,08%, valor de mínimo de -67,72% e o retorno médio de 9% no período pré-IFRS. Esse indicador evidencia o quanto a empresa obteve de retorno (lucro) através dos seus investimentos (capital próprio). Ao mesmo tempo em que esse indicador atingiu o maior valor máximo entre os indicadores de desempenho econômico, ele também atingiu o maior valor mínimo. Esse resultado evidencia ainda mais o fato de as empresas atuarem em setores diferentes, com planejamento e estratégias distintos, ocasionando um resultando consideravelmente antagônico.

A Tabela 3 expõe os valores encontrados dos indicadores de desempenho econômico com a aplicação da variável *dummy* para o período posterior à adoção das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS). Como também observado no período pré-IFRS, o único indicador que obteve seus valores de média, desvio-padrão, máximo e mínimo próximos do valor 1,00 foi o Giro do Ativo (GA), o que indica que a velocidade de vendas continua baixa nas empresas e sem alteração em relação ao período pré-IFRS.

**Tabela 3** – Estatística descritiva da amostra total dos dados com a aplicação da variável *dummy* no período pós-IFRS (2010 a 2016) com os indicadores de desempenho econômico

	Variáveis	Média	Desvio-Padrão	Máximo	Mínimo
<b>Desempenho Econômico</b>	GA	1,00	0,92	3,72	0,17
	ML	2,26	12,96	37,71	-53,80
	RA	2,48	4,79	15,78	-13,31
	RPL	7,54	28,39	216,70	-42,38

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Ao contrário do que havia acontecido no período pré-IFRS, os valores de máximo e mínimo foram encontrados em indicadores diferentes. O valor de máximo atingiu o valor expressivo de 216,70% com o indicador de Rentabilidade do Patrimônio Líquido (RPL), enquanto que o valor de mínimo alcançou o valor de -53,80% com o indicador de Margem Líquida (ML). Alcançar um valor positivamente expressivo em Rentabilidade do Patrimônio Líquido significa obter lucro sobre o capital próprio investido, enquanto que adquirir um valor negativamente expressivo em Margem Líquida representa o quanto a empresa não obteve de lucro sobre cada produto/serviço vendido. Dessa vez, a média do Giro do Ativo conseguiu

atingir o valor de 1,0, conseqüentemente, o desvio-padrão aumentou para 0,92, e o seu valor de máximo também aumentou para 3,72. Todos esses aumentos significam um potencial de venda em relação aos investidores que foram destinados ao total do ativo.

#### 4.3 CATEGORIA DE ANÁLISE DE DESEMPENHO FINANCEIRO

A Tabela 4 apresenta os valores encontrados dos indicadores de desempenho financeiro da amostra total dos dados com a aplicação da variável *dummy* para o período anterior à aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS). A situação financeira mostra a capacidade de pagamento que as empresas apresentam em relação a seus credores, indicando-os pela segurança ou não em receber seus créditos (MORANTE, 2009).

Assim como foi mencionado na análise de desempenho econômico, na análise de desempenho financeiro, também são utilizadas duas bases de comparação. Para os indicadores de Estrutura ou Endividamento, são utilizados percentuais no seu resultado, e os indicadores são: Participação de Capitais de Terceiros (PCT), Composição do Endividamento (CE), Imobilização do Patrimônio Líquido (IPL) e Imobilização dos Recursos Não Correntes (IRNC). Já para os indicadores de Liquidez, são utilizados números índices: Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Liquidez Seca (LS).

Observa-se, na Tabela 4, que os índices que atingiram um resultado mais expressivo foram a Imobilização do Patrimônio Líquido (IPL), a Participação de Capitais de Terceiros (PCT) e a Liquidez Geral (LG). A Imobilização do Patrimônio Líquido alcançou o valor de 159,66%. Isso representa, em média, 159,66% do Patrimônio Líquido em investimentos no Ativo Não Circulante das empresas da amostra. A Participação de Capitais de Terceiros atingiu os maiores valores no desvio-padrão com 93,56% e no valor máximo com 516,92%. Alcançar um valor expressivo nesse indicador significa o quanto a empresa recorreu a capitais de terceiros para cada unidade de capital próprio, ou seja, quanto menor, melhor para a segurança do credor.



**Tabela 4** – Estatística descritiva da amostra total dos dados com a aplicação da variável *dummy* no período pré-IFRS (2007 a 2009) com os indicadores de desempenho financeiro

	Variáveis	Média	Desvio-Padrão	Máximo	Mínimo
<b>Desempenho Financeiro</b>	PCT	146,33	93,56	516,92	52,09
	CE	42,57	15,12	73,57	21,34
	IPL	159,66	66,19	406,26	76,56
	IRNC	85,88	13,84	104,73	57,05
	LG	0,82	0,23	1,37	0,37
	LC	1,64	0,58	3,01	0,92
	LS	1,24	0,46	2,49	0,63

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Com relação ao valor mínimo, o indicador que alcançou o menor resultado foi a Liquidez Geral com 0,37. Esse índice mostra a relação da capacidade de uma empresa pagar todos os seus compromissos, sem ter de abrir mão dos valores representativos do seu ativo permanente. Para efeito de análise, quanto maior, melhor para a segurança do credor.

A Tabela 5 expõe os valores encontrados dos indicadores de desempenho financeiro da amostra total dos dados com a aplicação da variável *dummy* para o período posterior à adoção das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS). Pode-se observar, através da tabela, que foram encontrados valores consideravelmente expressivos em dois indicadores: Participação de Capitais de Terceiros (PCT) e Imobilização do Patrimônio Líquido (IPL). O indicador Participação de Capitais de Terceiros (Endividamento) foi o que atingiu os maiores percentuais na média com 265,08%, no desvio-padrão, com 607,41% e, no máximo, com 4382,38%. Esses valores são preocupantes, pois é um indicador que relaciona as duas grandes fontes de recursos das empresas, ou seja, seus capitais próprios e os capitais de terceiros.

**Tabela 5** – Estatística descritiva da amostra total dos dados com a aplicação da variável *dummy* no período pós-IFRS (2010 a 2016) com os indicadores de desempenho financeiro

	Variáveis	Média	Desvio-Padrão	Máximo	Mínimo
<b>Desempenho Financeiro</b>	PCT	265,08	607,41	4382,38	47,40
	CE	38,15	15,78	84,56	14,70
	IPL	245,38	427,98	3174,29	107,69
	IRNC	87,20	11,47	123,56	59,70
	LG	0,77	0,22	1,22	0,38
	LC	1,58	0,51	2,82	0,71
	LS	1,20	0,36	2,11	0,48

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

O segundo indicador que obteve valores significativos foi Imobilização do Patrimônio Líquido, com média de 245,38%, desvio-padrão de 427,98% e máximo de 3174,29%. Esses valores altos também são preocupantes, pois eles representam a porcentagem de capital próprio

aplicada no ativo não circulante, e quanto mais recursos próprios forem investidos no ativo não circulante, menos recursos sobrarão para serem aplicados no giro dos negócios.

#### 4.4 CATEGORIA DE ANÁLISE DE DESEMPENHO ECONÔMICO PRÉ E PÓS-IFRS

Após a realização da análise dos indicadores econômicos separadamente para o período anterior e posterior à adoção das Normas Internacionais de Contabilidade, nesta seção, a análise foi realizada comparando os dois períodos. O Quadro 3 mostra a comparação do período pré e pós-IFRS dos indicadores de desempenho econômico.

**Quadro 3** – Estatística descritiva da amostra total dos dados com a aplicação da variável *dummy* no período pré (2007 a 2009) e pós-IFRS (2010 a 2016) com os indicadores de desempenho econômico

Variáveis	Média		Variação média	Desvio-Padrão		Máximo		Mínimo	
	Pré-IFRS	Pós-IFRS		Pré-IFRS	Pós-IFRS	Pré-IFRS	Pós-IFRS	Pré-IFRS	Pós-IFRS
GA	0,99	1,00	0,01	0,74	0,92	3,26	3,72	0,19	0,17
ML	7,78	2,26	-5,52	9,82	12,96	30,89	37,71	-13,88	-53,80
RA	4,58	2,48	-2,10	5,37	4,79	15,05	15,78	-10,98	-13,31
RPL	9,04	7,54	-1,50	4,79	28,39	35,08	216,70	-67,72	-42,38

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Observa-se, no Quadro 3, que o Giro do Ativo (GA) obteve uma variação quase imperceptível comparável aos demais indicadores. Sua média variou +0,01, seu desvio-padrão +0,18, seu máximo +0,46 e seu mínimo -0,02, o que demonstra que o Giro do Ativo não sofreu nenhuma influência significativa com a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade. Esse indicador informa quantas vezes a empresa girou seus ativos totais, assim, seu resultado, para efeitos de análise, é melhor, quanto maior for seu índice.

Com relação à Margem Líquida (ML), as variações são mais expressivas. Sua média variou -5,52%, seu desvio-padrão +3,14%, seu máximo +6,82% e seu mínimo -39,92%, indicando redução de lucratividade média. Esse indicador mostra o percentual de lucratividade final em relação às vendas líquidas totais. Seu resultado, para efeitos de análise, é considerado melhor, quanto maior for seu percentual. Considerando os percentuais encontrados, pode-se notar que houve uma queda na lucratividade média após a adoção do IFRS, com aumento do desvio-padrão, indicando maior dispersão dos valores em torno da média. O valor de mínimo obteve a maior variação negativamente, indicando que, para as empresas que se encontravam com lucratividade negativa no período pré-IFRS, o prejuízo líquido aumentou com a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade.

Da mesma forma, a Rentabilidade do Ativo (RA) apresentou queda após a adoção do IFRS. Sua média variou -2,10%, seu desvio-padrão -0,58%, seu máximo +0,73% e seu mínimo -2,33%. Esse indicador representa o percentual de lucratividade em relação às aplicações destinadas ao ativo total, ou seja, sobre recursos próprios e de terceiros. Seu resultado é melhor, quanto maior for seu índice. Diante dos resultados encontrados, observa-se que o lucro sobre o investimento total diminuiu com a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade.

Com relação à Rentabilidade do Patrimônio Líquido (RPL), as variações entre as medidas foram mais significativas. Sua média variou -1,50%, seu desvio-padrão +23,60%, seu máximo +181,62% e seu mínimo +25,34%. Esse indicador retrata o percentual de lucratividade em relação aos capitais próprios, dispondo esses capitais diante de investimentos alternativos. Seu resultado é considerado melhor, quanto maior for seu índice. Apesar de a média ter baixado, os valores de máximo e mínimo aumentaram, o que significa uma melhora desse indicador. Entretanto, os resultados sinalizam que, com a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade, a Rentabilidade do Patrimônio Líquido declinou.

Diante do exposto, dos quatro indicadores de desempenho econômico, apenas o Giro do Ativo não apresentou variações significativas. Os outros três, Margem Líquida, Rentabilidade do Ativo e Rentabilidade do Patrimônio Líquido, obtiveram resultados considerados piores e que trouxeram influências significativas quanto à adoção das Normas Internacionais de Contabilidade.

#### 4.5 CATEGORIA DE ANÁLISE DE DESEMPENHO FINANCEIRO PRÉ E PÓS-IFRS

O Quadro 4 mostra a comparação do período pré e pós-IFRS dos indicadores de desempenho financeiro.

**Quadro 4** – Estatística descritiva da amostra total dos dados com a aplicação da variável *dummy* no período pré (2007 a 2009) e pós-IFRS (2010 a 2016) com os indicadores de desempenho financeiro

Variáveis	Média		Variação média	Desvio-Padrão		Máximo		Mínimo	
	Pré-IFRS	Pós-IFRS		Pré-IFRS	Pós-IFRS	Pré-IFRS	Pós-IFRS	Pré-IFRS	Pós-IFRS
PCT	146,33	265,08	118,75	93,56	607,41	516,92	4382,38	52,09	47,40
CE	42,57	38,15	-4,42	15,12	15,78	73,57	84,56	21,34	14,70
IPL	159,66	245,38	85,72	66,19	427,98	406,26	3174,29	76,56	107,69
IRNC	85,88	87,20	1,32	13,84	11,47	104,73	123,56	57,05	59,70
LG	0,82	0,77	-0,05	0,23	0,22	1,37	1,22	0,37	0,38
LC	1,64	1,58	-0,06	0,58	0,51	3,01	2,82	0,92	0,71
LS	1,24	1,20	-0,04	0,46	0,36	2,49	2,11	0,63	0,48

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Observa-se, no Quadro 4, que a Participação de Capitais de Terceiros (PCT) adquiriu uma variação consideravelmente significativa. Sua média variou +118,75%, seu desvio-padrão +513,85%, seu máximo +3865,46% e seu mínimo -4,69%. Esse indicador evidencia a porcentagem de recursos fornecida por terceiros. Seu resultado é melhor, quanto menor for seu percentual. Dessa forma, observa-se que, após a adoção do IFRS, os indicadores alcançaram resultados muito superiores aos anteriores, o que significa um aumento do Endividamento Médio para as empresas da amostra, conseqüentemente, indicando que a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade teve influência significativa no financiamento das empresas. Com relação à Composição do Endividamento (CE), as variações entre as medidas foram menores se comparáveis ao Endividamento Total (curto e longo prazo). A média variou -4,42%, o desvio-padrão +0,66%, seu máximo +10,99% e seu mínimo -6,64%. Esse indicador revela a relação entre os compromissos com terceiros a curto prazo em relação ao total da dívida. Seu resultado é melhor, quanto menor for seu percentual. Através dos resultados, pode-se notar que, com a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade, a média e o mínimo alcançaram resultados melhores dos seus indicadores, porém pouco significativos, o que demonstra que o Endividamento de Curto Prazo reduziu, porém não sofreu influência significativa.

A Imobilização do Patrimônio Líquido (IPL) apresentou variações consideravelmente significativas. Sua média variou +85,72%, seu desvio-padrão +361,79%, seu máximo +2768,03% e seu mínimo +31,13%. Esse indicador informa a porcentagem do capital próprio aplicado no ativo não circulante. Seu resultado é melhor, quanto menor for seu percentual. Observa-se que, com a adoção do IFRS, houve um aumento expressivo em todas as medidas descritivas, representando que as empresas da amostra no período pós-IFRS aplicaram mais recursos próprios para seus investimentos permanentes. Destaca-se que a participação de capitais de terceiros aumentou, mais não foi destinada à imobilizando, indicando um maior financiamento para capital de giro. Esse fato revela que a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade teve influência significativa na Imobilização do Patrimônio Líquido e, conseqüentemente, na estrutura de capital das empresas analisadas.

Com relação à Imobilização dos Recursos Não Correntes (IRNC), considerando o total de capitais permanentes (PL e PNC), as variações foram pouco expressivas. Sua média variou +1,32%, seu desvio-padrão -2,32%, seu máximo +18,83% e seu mínimo +2,65%. Esse indicador representa a relação entre os recursos próprios e os de longo prazo, com as destinações a investimentos permanentes no ativo. Seu resultado para efeito de análise é melhor, quanto menor for seu percentual, indicando mais sobra para investimentos no giro. Com exceção do desvio-padrão, as outras medidas aumentaram com a adoção IFRS, porém foram valores pouco

expressivos, o que mostra que a adoção das Normas Internacionais não teve influência significativa nesse indicador.

A Liquidez Geral (LG) não apresentou variações significativas, mas em todos os indicadores de Liquidez os valores médios declinaram. A média variou -0,05, seu desvio-padrão - 0,01, seu máximo -0,15 e seu mínimo +0,01. Esse indicador compara os bens e direitos que se converterão em dinheiro em curto e em longo prazo com as obrigações totais. Seu resultado é melhor, quanto maior for seu índice. Os resultados evidenciam que, com a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade, a capacidade de pagamento reduziu, mas não obteve influências significativas.

A Liquidez Corrente (LC) também não apresentou variações significativas. Sua média variou -0,06, seu desvio-padrão -0,07, seu máximo -0,19 e seu mínimo -0,21. Esse indicador compara os bens e direitos que se converterão em dinheiro em até 12 meses com as obrigações com igual prazo de vencimento. Seu resultado para efeito de análise é melhor, quanto maior for seu índice. Diante dos resultados obtidos, após a adoção do IFRS, todas as medidas tiveram uma queda nos seus percentuais, porém foram quedas pouco expressivas, o que demonstra que as Normas Internacionais não tiveram influência significativa na capacidade de pagamento de curto prazo.

Com relação à Liquidez Seca (LS), as variações também não foram expressivas, mas apresentaram queda pós-IFRS. A média variou -0,04, seu desvio-padrão -0,10, seu máximo - 0,38 e seu mínimo -0,15. Esse indicador compara os bens e direitos que se converterão em dinheiro em até 12 meses, exceto os estoques, com as obrigações com igual prazo de vencimento, indicando menor dependência de estoques na realização dos recursos de curto prazo. Seu resultado é melhor, quanto maior for seu índice. Com a adoção das Normas Internacionais, todas as suas medidas tiveram uma redução, o que significa menor capacidade de pagamento de curto prazo.

Diante do exposto, apesar de ter ocorrido variações tanto positivas quanto negativas em todos os indicadores analisados, os indicadores de desempenho financeiro que demonstraram obter resultados que trouxessem influências significativas quanto à adoção das Normas Internacionais de Contabilidade foram a Participação de Capitais de Terceiros, a Imobilização do Patrimônio Líquido e a Liquidez Seca, com resultados inferiores pós-IFRS.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisou o desempenho econômico e financeiro das empresas de capital aberto no período pré e pós-IFRS (2007 a 2016), a fim de verificar o impacto da convergência para o padrão contábil internacional nas empresas brasileiras de capital aberto, tendo por amostra as dez empresas listadas na publicação Valor 1000 (Valor Econômico).

Os resultados demonstram que, na categoria de desempenho econômico, o único indicador que não obteve variações expressivas foi o Giro do Ativo. Os demais, Margem Líquida, Rentabilidade do Ativo e Rentabilidade do Patrimônio Líquido, tiveram variações suficientemente significativas para considerá-las influenciadoras na adoção das Normas Internacionais de Contabilidade.

Com relação à Margem Líquida, sua média variou -5,52%, seu desvio-padrão +3,14%, seu máximo +6,82% e seu mínimo -39,92%. Considerando esses percentuais, percebe-se que houve uma queda na lucratividade média após a adoção do IFRS. A Rentabilidade do Ativo também apresentou queda após a adoção do IFRS. Sua média variou -2,10%, seu desvio-padrão -0,58%, seu máximo +0,73% e seu mínimo -2,33%. Esse resultado representa que o lucro sobre o investimento total diminuiu com a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade. Quanto à Rentabilidade do Patrimônio Líquido, também apresentou queda após a adoção do IFRS e variações mais significativas. Sua média variou -1,50%, seu desvio-padrão +23,60%, seu máximo +181,62% e seu mínimo +25,34%. Esse resultado indica que a Rentabilidade do Patrimônio Líquido declinou com a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade.

Em contrapartida, na categoria de desempenho financeiro, apenas três indicadores apresentaram variações expressivas em seus resultados após a adoção do IFRS: Participação de Capitais de Terceiros (Endividamento), Imobilização do Patrimônio Líquido e Liquidez Seca. A Participação de Capitais de Terceiros (Endividamento) obteve variações consideravelmente significativas, pois sua média variou +118,75%, seu desvio-padrão +513,85% e seu máximo +3865,46%. Esses resultados foram muito superiores aos anteriores, significando um aumento do Endividamento Médio para as empresas da amostra com a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade. Com relação à Imobilização do Patrimônio Líquido, os resultados encontrados foram consideravelmente significativos, pois sua média variou +85,72%, seu desvio-padrão +361,79%, seu máximo +2768,03% e seu mínimo +31,13%. Observa-se um aumento expressivo em todas as medidas descritivas, representando que as empresas da amostra no período pós-IFRS aplicaram mais recursos próprios para seus investimentos permanentes. Esse resultado revela que a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade teve influência

significativa na Imobilização do Patrimônio Líquido e, conseqüentemente, na estrutura de capital das empresas analisadas.

A Liquidez Seca apresentou variações menos expressivas. Sua média variou -0,04, seu desvio-padrão -0,10, seu máximo -0,38 e seu mínimo -0,15. Observa-se que, com a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade, todas as suas medidas tiveram uma redução, o que significa menor capacidade de pagamento de curto prazo.

Dessa forma, é possível afirmar que a adoção de novos padrões contábeis tende a refletir em alterações de desempenho das companhias, pois ocorreram mudanças significativas no comportamento dos indicadores Margem Líquida, Rentabilidade do Ativo, Rentabilidade do Patrimônio Líquido, Participação de Capitais de Terceiros, Imobilização do Patrimônio Líquido e Liquidez Seca. No entanto, as empresas da amostra são de setores de atuação diferentes, cada uma com cenários e planejamentos diferentes, o que se tornou uma limitação do estudo.

Em suma, as contribuições da pesquisa são que, a partir da adoção das Normas Internacionais de Contabilidade, foi possível verificar que a maioria dos indicadores analisados obtiveram variações em seus resultados. Essas variações foram consideradas negativas para as empresas, porém apresentam resultados com maior transparência e qualidade. Dessa forma, a pesquisa mostra que os usuários internos e externos precisam considerar a análise das demonstrações contábeis como uma ferramenta importante para a tomada de decisões.

Pesquisas futuras poderão analisar mais empresas do *ranking*, a fim de realizar uma análise com os diferentes setores de atividade, assim como identificar outras variáveis que são capazes de influenciar o comportamento do desempenho das empresas com a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade.

## REFERÊNCIAS

AZEREDO, Adriano José; SOUZA, Marcos Antonio de; MACHADO, Débora Gomes. Desempenho econômico-financeiro de indústrias calçadistas brasileiras: uma análise do período de 2000 a 2006. **Revista de Contabilidade e Organizações**, FEARP/USP, São Paulo, v. 3, n. 6, p. 117-142, maio/ago. 2009.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **Comunicado N° 14.259**. Brasília: BACEN, 2006. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/normativo/detalharNormativo.do?method=detalharNormativo&N=106064950>>. Acesso em: 18 dez. 2017.

BARBOSA NETO, João Estevão; DIAS, Warley de Oliveira; PINHEIRO, Laura Edith Taboada. Impacto da convergência para as IFRS na análise financeira: um estudo em empresas brasileiras de capital aberto. **Contabilidade Vista e Revista**, v. 20, n. 4, p. 131-153, 2009.

BM&FBOVESPA. Disponível em: <[http://www.bmfbovespa.com.br/pt\\_br/](http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/)>. Acesso em: 16 out. 2017.

BORSATO, Jaluza Maria Lima Silva; PIMENTA, Daiana Paula; RIBEIRO, Kárem Cristina de Sousa. Um estudo comparativo do desempenho econômico-financeiro em BR GAAP, US GAAP e IFRS na Gerdau S.A. **Revista Economia e Gestão**, v. 9, n. 19, p. 85-101, jan./abr. 2009.

BRAGA, Hugo Rocha. **Demonstrações contábeis: estrutura, análise e interpretação**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BRASIL. **Lei Nº 11.638, de 28 de Dezembro de 2007**. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Brasília: Presidência da República, 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/11638.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11638.htm)>. Acesso em: 18 dez. 2017.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). **Instrução CVM Nº 457, de 13 de Julho de 2007**. Dispõe sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board - IASB. Brasília: CVM, 2007.

CORDAZZO, Michela. The impact of IAS/IFRS on accounting practices: evidences from Italian listed companies. In: **Accounting Research Seminar Series**, 2007. Disponível em: <<http://www.hec.unil.ch/urccf/seminar/Michela%20Cordazzo%20-%20Dec07.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

COSTA, Thiago de Abreu; ALMEIDA, Sidmar Roberto Vieira; SILVA, Adolfo Henrique Coutinho e. Uma análise dos impactos da adoção das normas internacionais de contabilidade no Brasil: um estudo de empresas de capital aberto no setor de bebidas, alimentos e comércio. **Pensar Contábil**, v. 15, n. 56, p. 4-13, jan./abr. 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARIA JÚNIOR, Elizeu; MARIA, Michele Monteiro Lirio. A interferência do padrão IFRS nos índices econômico-financeiros das empresas listadas na BM&FBOVESPA. **Revista de Contabilidade da UFBA**, v. 9, n. 2, p. 68-71, maio/ago. 2015.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, Luís Oscar Silva; SANTOS, Paulo Henrique de Oliveira. Impactos da convergência contábil em índices econômicos e financeiros nas empresas baianas nos períodos de 2003 a 2007 e 2010 a 2014. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace (RACEF)**, v. 8, n. 1, p. 69-79, 2016.



MARTINS, Orleans Silva; PAULO, Edilson. Reflexo da adoção das IFRS na análise de desempenho das companhias de capital aberto no Brasil. **Revista de Contabilidade e Organizações (RCO)**, FEA RP/USP, v. 4, n. 9, p. 30-54, 2010.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços: abordagem gerencial**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MORAIS, Carlos. **Descrição, Análise e Interpretação de Informação Quantitativa**. [Recurso Didático]. Bragança: Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Bragança, 2010.

MORANTE, Antônio Salvador. **Análise das Demonstrações Financeiras: aspectos contábeis da demonstração de resultado e do balanço patrimonial**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PADOVEZE, Clovis Luis. **Manual de Contabilidade Internacional: IFRS - US Gaap - BR Gaap: Teoria e prática**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

PEREZ JUNIOR, José Hernandez; BEGALLI; Glauco Antonio. **Elaboração das demonstrações contábeis**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

PERRAMON, Jordi; AMAT, Oriol. IFRS Introduction and its effect on Listed Companies in Spain. **SSRN**, 2006. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=1002516>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, Ilse Maria (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012. p. 76-97.

REIS, Arnaldo. **Demonstrações contábeis: estrutura e análise**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

SANTOS, José Luiz dos; SCHMIDT, Paulo; MARTINS, Marco Antônio. **Fundamentos de análise das demonstrações contábeis**. São Paulo: Atlas, 2006.

SOUZA, Ariany Pena de; SILVA, Denise Mendes da. Análise de desempenho econômico-financeiro das empresas componentes do Ibovespa: um comparativo entre os anos de 2007 e 2011. In: Congresso Virtual Brasileiro de Administração - CONVIBRA, 11, 2014. **Anais... CONVIBRA**, 2014. Disponível em: <[http://www.convibra.com.br/upload/paper/2014/81/2014\\_81\\_9322.pdf](http://www.convibra.com.br/upload/paper/2014/81/2014_81_9322.pdf)>. Acesso em: 18 dez. 2017.

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS (SUSEP). **Circular SUSEP Nº 357, de 26 de Dezembro de 2007**. Dispõe sobre o processo de convergência às normas internacionais de contabilidade. Brasília: Ministério da Fazenda, 2007. Disponível em: <<http://www2.susep.gov.br/biblioteca/web/docOriginal.aspx?tipo=1&codigo=23478>>. Acesso em: 18 dez. 2017.

VALOR ECONÔMICO. Disponível em: <<http://http://www.valor.com.br/valor1000/2016>>. Acesso em: 25 jun. 2017.